

RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.354 - PR (2018/0238967-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : EZEQUIEL BRASIL DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : CLEDERSON JARDEL POERSCH - PR084863
HORCINO LUIZ ROSA VELOZO E OUTRO(S) - PR082635

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que concedeu a ordem de *habeas corpus* para determinar o trancamento da ação penal.

Sustenta o recorrente, em síntese, violação do art. 334, *caput*, do Código Penal, sob o argumento de que, diante da reiteração delitiva do recorrido, é inviável a aplicação do princípio da insignificância.

Requer, por isso, o provimento do recurso especial e o trancamento da ação penal.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (fls. 105/108).

É o relatório.

Decido.

A matéria, objeto de divergência, trazida no presente recurso, diz respeito à incidência do princípio da insignificância nos crimes de descaminho quando houver habitualidade delitiva. Manifestou-se o Tribunal *a quo*, quanto à questão, nos seguintes termos (fl. 62):

Nessa senda, porque o quantum apurado das exações devidas na hipótese em testilha corresponde à importância inferior ao limite mínimo de relevância administrativa, vê-se autorizado o reconhecimento da insignificância da conduta noticiada, **conclusão que não se vê prejudicada pela existência de autuações e procedimentos administrativos em desfavor do agente, ações penais em andamento ou mesmo condenações, desde que sem trânsito em julgado (além da demanda em comento, responde apenas à Ação Penal 5002326-66.2015.404.7211, a qual se encontra em fase de instrução - evento 4, CER TANTCRIM2, dos autos originários)**. Ante o exposto, defiro a tutela de urgência requestada, para o fim de suspender o andamento da ação penal originária até a deliberação de mérito pela Turma.' Não vejo razões para modificar o decisório acima reproduzido.

Destaco, outrossim, que o paciente não possui condenações criminais em seu desfavor, conforme se infere da certidão de antecedentes acostadas ao evento 4, CERTANTCRIM2, dos autos originários.

Ante o exposto, voto no sentido de conceder a ordem de *habeas corpus*.

O acórdão recorrido, todavia, diverge do entendimento do Superior

Tribunal de Justiça, segundo o qual a prática reiterada do crime de descaminho denota elevado grau de reprovabilidade da conduta, obstando a aplicação do princípio da insignificância. A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. HABITUALIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

I - Não é possível a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho quando a existência de informações acerca da existência de outros procedimentos administrativos fiscais indica elevado grau de reprovabilidade do comportamento do acusado e maior potencial de lesividade ao bem jurídico tutelado (precedentes).

II - Em sede de recurso especial, é inviável qualquer discussão a respeito de violação de dispositivos constitucionais.

Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1636137/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 29/03/2017).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSIGNIFICÂNCIA. HABITUALIDADE CRIMINOSA. AFASTAMENTO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SUM. 444/STJ. NÃO APLICAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. A habitualidade na prática do crime do art. 334 do CP denota o elevado grau de reprovabilidade da conduta, obstando a aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido da não incidência do princípio da insignificância nos casos em que o réu é reiteradamente autuado em processos administrativo-fiscais, como é o caso dos autos, sem que isso caracterize ofensa à orientação da Súmula 444/STJ (AgInt no REsp 1601680/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 23/08/2016).

3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 492.434/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016).

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. INSIGNIFICÂNCIA. (I) - PARÂMETRO. DEZ MIL REAIS. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA Nº 1.112.748/TO. PORTARIA Nº 75/2012 DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. INAPLICABILIDADE. (II) - REITERAÇÃO DELITIVA. SOMA DOS DÉBITOS CONSOLIDADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. PARÁGRAFO 4º DA NORMA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em sede de crime de descaminho, em que o bem jurídico tutelado é a

ordem tributária, a irrisória lesão ao Fisco conduz à própria atipicidade material da conduta.

2. Definindo o parâmetro de quantia irrisória para fins de aplicação do princípio da insignificância em sede de descaminho, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.112.748/TO, pacificou o entendimento no sentido de que o valor do tributo elidido a ser considerado é aquele de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no artigo 20 da Lei nº 10.522/02.

3. Tal parâmetro não está necessariamente atrelado aos critérios fixados nas normas tributárias para o ajuizamento da execução fiscal, regida pelos critérios de eficiência, economicidade e praticidade e não sujeita a um patamar legal absoluto, mas decorre de construção jurisprudencial erigida a partir de medida de política criminal em face do grau de lesão à ordem tributária que atribua relevância penal à conduta, dada a natureza fragmentária do direito penal.

4. Nos casos de 'reiteração delitiva', não há como excluir a tipicidade material à vista do valor da evasão fiscal de cada apreensão, representação fiscal ou auto de infração, considerados isoladamente, devendo ser considerada, para os fins do parâmetro legal, a soma dos débitos consolidados nos últimos cinco anos, nos termos do parágrafo 4º da norma.

5. Em restando devidamente comprovada a existência de outros processos administrativo-fiscais contra o mesmo devedor, não há de se afirmar, ab initio, a atipicidade material da conduta com base no princípio da insignificância se, em virtude da reiteração, houver efetiva lesão ao bem jurídico tutelado, a ordem tributária, considerada a soma dos débitos consolidados nos últimos cinco anos, superior a dez mil reais.

6. *Agravo regimental improvido* (AgRg nos EDcl no REsp 1401641/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 04/08/2014).

Assim, havendo a habitualidade delitiva, é de se afastar a incidência do princípio da bagatela, dada a potencialidade de maior lesão ao bem jurídico tutelado.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para, afastando o princípio da insignificância, determinar o prosseguimento da ação penal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator